



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU

CNPJ N° 63.367.007/0001-66

Praça: Coletor Bezerra Borges N° 63, Centro – CEP: 62.764-000
Mulungu/Ceará

LEI ORGÂNICA
DO
MUNICÍPIO DE
MULUNGU

Mulungu/CE, 05 de maio de 1990.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU
CNPJ N° 63.367.007/0001-66

Praça: Coletor Bezerra Borges N° 63, Centro – CEP: 62.764-000
Mulungu/Ceará

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Mulungu, com participação direta do povo, no uso da competência que lhes assegura os artigos 29, da Constituição da República Federativa do Brasil e 11, Parágrafo Único, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), invocando a proteção de **Deus**, adota e promulga a presente **Lei Orgânica do Município de Mulungu-LOM**.

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O Município de **MULUNGU**, unidade integrante da República Federativa do Brasil, no exercício de sua autonomia e respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições na República e do Estado do Ceará, reger-se-á por esta Lei Orgânica, pela legislação que lhes for aplicável e pelas leis que adotar.

Art. 2º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º – O território do município poderá ser dividido em distritos, a serem criados, organizações, alterados, restaurados, suprimidos ou fundidos, através de Lei Municipal, obedecidos os requisitos previstos na legislação estadual, e sob consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Art. 4º – O distrito é unidade do município e designar-se-á pelo nome da respectiva sede, que terá a categoria de vila.

Art. 5º – Nenhum distrito será criado sem a verificação da existência na respectiva área territorial dos seguintes requisitos:

I – Eleitorado não inferior à décima parte da população exigida para a criação do município.

II - Número de edificações superior a cinquenta, escola pública, posto de saúde, igreja e terreno para cemitério na povoação-sede.

III – Consulta plebiscitária.

§ Único – A comprovação das exigências deste artigo será feita:

a) pela justiça eleitoral, mediante certidão, comprovando o número de eleitores e autorizando a consulta popular;

b) pela Prefeitura Municipal, certificando a comprovação das exigências do inciso II deste artigo.

Art. 6º – Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, qualquer título, lhe pertencem.

Art. 7º – São símbolos do Município de Mulungu, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 8º – Compete ao Município:

I – Legislar sobre assunto de interesse local;

II – Suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

~~III – Instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar os balancetes nos prazos fixados em lei;~~

III – Instituir tributos de competência do Município, bem como autorizar isenção, remissão, anistia e moratória fiscal; (Proposta de Emenda/LOM N° 07/2002 DE 15/11/2002).

IV – Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

a) transporte coletivo urbano e intermunicipal, que terá caráter essencial;

b) abastecimento de água e esgotos sanitários;

c) mercados, feiras e matadouros locais;

d) cemitérios e serviços funerários;

e) iluminação pública;

f) limpeza pública.

V – Manter com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VI – Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VII – Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

VIII – Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

IX – Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

X – Dar ampla publicidade a leis, decretos, editais e demais atos administrativos, através dos meios que dispuser;

XI – Instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

XII – À defesa da flora, fauna e erosão do solo;

XIII – Realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixadas em lei municipal;

XIV – Realizar programas de apoio às práticas desportivas;

XV – Realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;

XVI – Elaborar e executar o Plano Diretor;

XVII – Executar obras de:

- a) drenagem pluvial;
- b) construção e conservação de estradas vicinais;
- c) edificação e conservação de prédios públicos municipais.

XVIII – Fixar:

- a) tarifas de serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis;
- b) horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços.

XIX – Sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;

XX – Regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;

XXI – Conceder licença para:

- a) localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;
- b) afixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propaganda;
- c) exercício de comércio eventual ou ambulante;
- d) realização de jogos, casa de diversões, bares, restaurantes, cafés, espetáculos e circos, designando os locais apropriados ao seu funcionamento, observadas as prescrições legais;
- e) prestação dos serviços de táxis;

XXII – Elaborar seu orçamento;

XXIII – Decretar e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar as suas rendas;

XXIV – Organizar os seus serviços administrativos, criando os cargos necessários, e instituir o regime jurídico único de seus servidores;

XXV – Aceitar doação, legados e heranças, livres de gravames, dando-lhes necessária destinação, observada a legislação federal, no que couber;

XXVI – Autorizar a alienação, hipoteca, aforamento, comodato, arrendamento, utilização ou permuta de seus bens;

XXVII – Adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade, utilidade ou interesse social, na forma e nos casos previstos em lei;

XXVIII – Dispor sobre concessões e permissão de serviços públicos de caráter local;

XXIX – Estabelecer servidões administrativas necessárias à utilização de seus serviços;

XXX – Estabelecer normas de edificação, de loteamento e zoneamento urbano, bem assim designar, nas zonas rurais, às áreas destinadas a criação e à lavoura, obedecidos os princípios da lei federal;

XXXI – Determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos, bem como os de estacionamento de táxis e de outros veículos;

XXXII – Disciplinar o horário dos serviços de carga e descarga e a fixação de tonelagem máxima permitida a veículos que circular em vias públicas e estradas municipais;

XXXIII – Construir, reparar e conservar estradas, muralhas, canais, calçadas, viadutos, pontes, pontilhões, bueiros, fontes, chafarizes e lavadouros; construir e conservar jardins públicos, parques e praças de esporte, campos de pouso para aeronaves, com orientação técnica da União e do Estado; arborizar os logradouros públicos, e promover a arborização dos quintais pertencentes a edifícios públicos e a dos particulares quando houver anuência de seus proprietários; prover a tudo o que for necessário à conveniência pública, decore e embelezamento de núcleos populacionais do Município;

XXXIV – Abrir, desobstruir, conservar, pavimentar, alargar, limpar, fazer alinhamento, irrigação, nivelamento e emplacamento das vias públicas, numeração de edifícios e zelar pela estética urbana;

XXXV – Interditar edifícios, construções ou obras em ruínas ou em condições de insalubridade ou insegurança e diretamente demolir, restaurar ou reparar quaisquer construções que ameçam a saúde ou a incolumidade da população;

XXXVI – Fiscalizar as instalações sanitárias e elétricas inclusive as domiciliares, inspecionando-as frequentemente para verificar se obedecem às prescrições mínimas de segurança e higiene das habitações; vistoriar os quintais e os terrenos baldios, notificando os proprietários a mantê-los aseados, murados e com as calçadas correspondentes às suas testadas, devidamente construídas, se alcançadas pelo meio-fio levantado pela Prefeitura;

XXXVII – Dispor sobre a apreensão e depósito de sementes, mercadorias e coisas móveis em geral, no caso de transgressão de deliberação e posturas municipais, bem como sobre a forma e condições de alienação ou devolução dos bens apreendidos;

XXXVIII – Dispor sobre a matrícula, vacinação e captura de animais na zona urbana, com a finalidade de erradicação da raiva e outras moléstias de que podem ser portadoras ou transmissoras;

XXXIX – Votar os códigos de Posturas, de Obras e Tributárias, o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município e demais Códigos que se fizerem preciosos;

XL – Designar local e horário de funcionamento para serviços de alto falantes, regularmente registrados, e manter sobre os mesmos a devida fiscalização, para defesa da moral e sossego público;

XLI – Estabelecer e impor multas na forma e condições previstas nos Códigos locais e respectivos Regulamentos;

XLII – Utilizar, no exercício do seu poder de polícia administrativa, os meios necessários para fazer cessar as transgressões à lei.

Art. 9º - É competência comum do Município, do Estado e da União:

I – Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

III – Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

- IV – Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico, cultural;
- V – Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e a ciência;
- VI – Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII – Fomentar a produção agropecuária e organizar abastecimento alimentar;
- VIII – Preservar as florestas, as faunas e a flora;
- IX – Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X – Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavoráveis;
- XI – Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII – Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

Art. 10 – É vedado ao Município:

- I – Criar distinção entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros distritos;
- II – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles, os seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, notadamente nos setores educacionais, hospitalar e artístico;
- III – Recuar fé aos documentos públicos;
- IV – Permitir ou fazer uso, para realizar propaganda político-partidária, salvo nos casos previstos pela legislação eleitoral, ou para fins estranhos à administração, de estabelecimento gráfico, estação de rádio, televisão ou serviço de alto-falante de sua propriedade;
- V – Fazer doação, conceder direito real de uso de seus bens imóveis, outorgar isenções fiscais ou permitir a remissão de dívidas, em interesse público manifesto, sob pena de nulidade do ato, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- VI – Instituir empréstimo compulsório;
- VII – Estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou destino;
- VIII – Instituir tributo que não seja em todo o território do Município, ou que implique distinção ou preferência em relação a qualquer distrito, em prejuízo de outro;
- IX – Instituir ou aumentar tributo sem que a Lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nas Constituições Estadual e Federal;
- X – Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas e mercadorias, por meio de tributos intermunicipais e por meio de diferença de tratamento tributário em função dos que participam da operação ou da origem ou destino da mercadoria; e
- XI – Instituir imposto sobre:
 - a) o patrimônio e os serviços da União e do Estado;
 - b) templos de culto;

- c) o patrimônio e os serviços dos partidos políticos e de instituição de educação ou assistência social, observados os requisitos da lei e;
- d) o livro, o jornal e os periódicos assim como o papel destinado à sua impressão.

CAPITULO III **DOS BENS DO MUNICÍPIO**

Art. 11 – Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto aqueles empregados em seus serviços;

Art. 12 – A alienação dos bens municipais obedecerá às seguintes normas:

I – Quanto imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência popular, dispensada está nos casos de doação ou permuta;

II – Quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública; esta será dispensada nos casos de doação, a qual será permitida exclusivamente para fins assistenciais, ou quando houver interesse relevante, justificado pelo Executivo;

§ 1º - O Município preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará a concessão ou a permissão de uso.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis de áreas urbanas remanescentes e improveitáveis para edificação resultante da obra pública, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada, porém, a licitação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições que sejam aproveitáveis ou não.

Art. 13 – Todos os bens municipais deverão ser cadastrados com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento.

Art. 14 – O uso dos bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º - A concessão do uso dependerá de lei e concorrência pública e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada mediante lei, quando o uso se destinar a concessionário de serviço público relevante.

§ 2º - A permissão do uso será feita a título precário por ato unilateral do Prefeito.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 15 — A Administração Pública Direta, Indireta fundacional, e qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também ao seguinte:~~

Art. 15 – A Administração Pública Direta, Indireta de qualquer dos poderes do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte: (Proposta de Emenda /LOM N° 11/2002 DE 15/11/2002).

~~I — Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;~~

I – Os cargos, empregos ou funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei; assim como os estrangeiros, na forma da lei; (Proposta de Emenda /LOM N° 11/2002 DE 15/11/2002).

~~II — A investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;~~

II – A investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego público, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Proposta de Emenda/LOM N° 11/2002 DE 15/11/2002).

~~III – O prazo de validade de concurso público será de até dois anos, prorrogáveis uma vez, por igual período;~~

~~IV – Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carteira;~~

~~V — Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;~~

V – As funções de confiança serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão, a ser preenchidas por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Proposta de Emenda/LOM N° 11/2002 DE 15/11/2002).

VI – É garantido ao servidor público civil a livre associação sindical;
VII – O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

~~VIII – A Lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.~~

VIII – reserva de no mínimo 5% (cinco por cento) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência. (Proposta de Emenda/LOM N° 11/2002 DE 15/11/2002).

IX – A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – A revisão geral de remuneração dos servidores públicos, sem distinção, far-se-á sempre na mesma data;

XI – A lei fixará os limites máximos e a relação de valores entre o maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite de âmbito dos Poderes Legislativos e Executivos, os valores percebidos como remuneração em espécie pelo Prefeito;

XII – Os vencimentos dos cargos de Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do Serviço Público, ressalvado o disposto no inciso e no artigo 39, § 1º da Constituição Federal;

XIV – Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título de idêntico fundamento;

XV – Os vencimentos dos servidores públicos, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os Artigos 37, XI, XII, 150, III e 153, § 2º I, da Constituição Federal;

XVI – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privados de médico;

XVII – A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo poder público;

XVIII - A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – Somente por lei específica poderão criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX – Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – Ressalvados os casos específicos na legislação federal, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou orientação social, dela não podem constar nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gravação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - a Lei Federal estabelecerá os prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.

Art. 16 – Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições.

I – Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultativo optar pela sua remuneração;

III – Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – Em qualquer curso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

Art. 17 – Os concursos públicos para preenchimento de cargos, empregos ou funções na administração não poderão ser realizados antes de decorridos 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições, as quais deverão estar abertas por pelo menos 15 (quinze) dias.

Art. 18 – O Município assegurará a seus servidores e dependentes, na forma de lei municipal, serviços de atendimento médico, odontológico e de assistência social.

Art. 19 – O Município, suas entidades da Administração, bem como as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou má fé, culpa.

~~Art. 20 — A Publicação das Leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou, não havendo, em órgão da imprensa local.~~

Art. 20 – Ressalvando-se a Lei Orgânica do Município e suas alterações que devem ser publicadas no Diário Oficial do Estado, enquanto não existir no Município veículo oficial de comunicação escrita, para dar a ampla publicidade de que trata o inciso X do art. 8º, a publicação de todo e qualquer ato oficial far-se-á, obrigatória e simultaneamente, mediante a afixação em espaços apropriados nos prédios públicos dos Poderes Executivo e Legislativo. (Proposta de Emenda/LOM N° 01/2002 de 15/11/2002).

~~§ Único — No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será por afixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal.~~

§ 1º – No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será por afixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal. (Proposta de Emenda/LOM N° 01/2002 de 15/11/2002 - Parágrafo Único transformado em § 1º).

§ 2º - Entende-se por atos oficiais, os textos legais e outros emanados de autoridades e comissões competentes para tal, assim compreendidos:

- I – Leis
- II – Decretos
- III - Editais;
- IV – Avisos de Editais;
- V – Extrato de contratos;
- VI – Extratos de termos de convênios;
- VII - Portarias;
- VIII - Avisos;
- IX – Comunicados
- X - Instruções Normativas;
- XI - Resoluções;
- XII – Adjudicações;
- XIII - Homologações;
- XIV - Convocações;
- XV - Nomeações;
- XVI – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária–RREO e;

XVII – Relatório de Gestão Fiscal – RGF. (Proposta de Emenda/LOM N° 01/2002 de 15/11/2002 – Acrescentado o § 2º ao Artigo 20).

§ 3º - Os atos oficiais elencados no parágrafo anterior; só entrarão em vigor a partir da efetiva e comprovada publicação nos dois Poderes Municipais. (Proposta de Emenda/LOM N° 01/2002 de 15/11/2002 – Acrescentado o § 3º ao Artigo 20).

Art. 21 – A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I – Mediante decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) Regulamentação da lei;
- b) Criação ou extinção de gratificações, quando autorizados em lei;
- c) Declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;
- d) Criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizado em lei;
- e) Definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
- f) Aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- g) Aprovação de estatutos de órgãos da administração descentralizada;
- h) Fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços concedidos ou autorizados;
- i) Permissão para a exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;
- j) Aprovação de planos de trabalho dos órgãos da Administração direta;
- l) Criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos de lei;
- m) Medidas executórias do plano diretor;
- n) estabelecimento de normas e efeitos externos, não privativos de lei;

II – mediante portaria, quando se tratar de:

- a) provimento de vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;
- b) lotação e realocação nos quadros de pessoal;
- c) criação de emissões e designação de seus membros;
- d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;
- e) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;
- f) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- g) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não seja objeto de lei ou decreto

§ Único – poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

SEÇÃO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 22 – O Município instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de administrações iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo e Legislativo, ressalvados as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de Trabalho.

§ 2º - Aplica a esses servidores o disposto no Art. 7º IV, VI, VII, VII, IX, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

Art. 23 – Os planos de cargos de carreira do serviço público municipal serão elaborados de forma a assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a cargos de escalão superior.

§ 1º - O Município proporcionará aos servidores oportunidade de crescimento proporcional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

§ 2º - Os programas mencionados no parágrafo anterior terão caráter permanente. Para tanto, o Município poderá manter convênios com instituições especializadas.

Art. 24 – O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - Lei Complementar Federal poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, “a” e “c”, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º - A Lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos da aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º - Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma de lei.

§ 5º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos de supervisor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 25 – São estáveis, após 02 (dois) anos de efetivo exercício, aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzida ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 26 – Conceder-se-á licença maternidade a servidora que adotar uma criança recém-nascida.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
SEÇÃO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

~~Art. 27 – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional e investido na forma da Lei, para uma legislatura de quatro anos.~~

Art. 27 – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, constituída por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional e por sufrágio universal direto e secreto, simultaneamente, com o Prefeito e Vice-Prefeito e investidos na forma da lei, para uma legislatura de 04(quatro) anos. (Proposta de Emenda /LOM N° 06/2002 DE 15/11/2002).

Art. 28 – O número de Vereadores será fixado pela Câmara Municipal, mediante decreto legislativo no ano que antecederá eleições municipais, obedecendo a proporcionalidade da população do Município e, ainda:

I – Número de nove para a população de até vinte mil habitantes;

II – Acréscimo de duas vagas para cada dez mil habitantes seguintes ou fração;

III – O número de habitantes a ser utilizado como base de cálculo para a fixação de que cuida este artigo, será fornecido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou órgão similar.

§ Único – A Mesa da Câmara enviará a Justiça Eleitoral após sua edição, cópia autenticada do Decreto Legislativo de que trata este artigo.

Art. 29 – A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal no último ano de legislatura, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte.

Art. 30 – A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada determinando-se o valor em moeda corrente no país, vedada qualquer vinculação.

Art. 31 – A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.

Art. 32 – Os vencimentos do Vice-Prefeito não poderão exceder a dois terços (2/3) da remuneração percebida pelo Prefeito.

Art. 33 – A remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa e variável. (Proposta de Emenda/LOM N° 09/2002 DE 15/11/2002 – Artigo Suprimido).

Art. 34 - Os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal serão fixados por resolução, em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios e os limites constitucionais. (Proposta de Emenda/LOM N° 10/2002 DE 15/11/2002).

~~Art. 35 — a remuneração dos Vereadores não pode exceder a trinta por cento da remuneração do Prefeito Municipal.~~

Art. 35 – Os Vereadores perceberão a título de subsídio em parcela única, vedado acréscimos de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, fixado em obediência aos seguintes limites: (Proposta de Emenda/LOM N° 09/2002 DE 15/11/2002).

I – teto máximo de 30% (trinta por cento) do subsídio do Deputado Estadual; (Proposta de Emenda/LOM N° 09/2002 DE 15/11/2002 - Inciso acrescentado).

II – o total das despesas com subsídios dos Vereadores não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) da receita do Município; (Proposta de Emenda/LOM N° 09/2002 DE 15/11/2002 - Inciso acrescentado).

III – o total das despesas com pessoal do Poder Legislativo, incluindo-se os subsídios e as obrigações patronais, não poderá exceder a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida e; (Proposta de Emenda/LOM N° 09/2002 DE 15/11/2002 - Inciso acrescentado).

IV – o total das despesas com pessoal do Poder Legislativo, incluindo-se os subsídios dos vereadores e as obrigações patronais, não poderá exceder a 70% (setenta por cento) das transferências de recursos para a Câmara Municipal. (Proposta de Emenda/LOM N° 09/2002 DE 15/11/2002 - Inciso acrescentado).

~~Art. 36 — Poderá ser prevista remuneração para as sessões extraordinárias, observado o limite fixado no artigo anterior.~~

Art. 36 – Serão remuneradas as sessões extraordinárias quando ocorrerem durante e recesso parlamentar, por convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal, motivada para atender necessidade de urgência ou interesse público relevante, observado o limite fixado no artigo anterior. (Proposta de Emenda/LOM N° 16/2002 DE 15/11/2002).

Art. 37 – A não fixação da remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, até a data prevista nesta Lei Orgânica, implicará a suspensão do pagamento de remuneração dos Vereadores pelo restante do mandato.

Parágrafo Único – No caso da não fixação, prevalecerá a remuneração do Mês de Dezembro do último ano da legislatura, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

Art. 38 – A lei fixará critérios de indenização de despesas de viagem do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Parágrafo Único – A indenização de que trata este artigo não será considerada como remuneração.

Art. 39 – Salvo disposição superior em contrário, as deliberações da Câmara e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 40 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara, serão repassados, obrigatoriamente, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 41 – A Câmara Municipal terá contabilidade própria, sob a responsabilidade da Mesa Diretora, a qual prestará contas ao Plenário mensalmente dos recursos que lhe forem repassados respondendo seus membros, por qualquer ilícito em sua aplicação.

Art. 42 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, em dois períodos legislativo, estendendo-se o primeiro a 15 de fevereiro a 30 de junho e o segundo de 1º de agosto a 15 de dezembro, independente de convocação.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábado, domingo e feriado.

§ 2º - No primeiro ano de cada legislatura, a partir de 1º de janeiro, sob a presidência do Vereador mais votado, serão realizadas sessões preparatórias para posse dos Vereadores diplomados e eleição da Mesa Diretora da Câmara e de suas comissões para mandato de (02) dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 3º - Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa Diretora o Vereador mais votado entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que a Mesa seja eleita.

§ 4º - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro.

§ 5º - A Mesa da Câmara é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um primeiro e um segundo Secretário.

§ 6º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o Regimento Interno da Câmara Municipal dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro destituído.

§ 7º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§ 8º - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se e fazer declaração de seus bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.

Art. 43 – A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

Art. 44 – As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 1º - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.

§ 2º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 45 – A convocação extraordinária da Câmara dar-se-á:

I – Pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II – Pelo Presidente da Câmara;

III – A requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ Único – Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal deliberará sobre a matéria para a qual tiver sido convocada, sendo vedada a apreciação de matérias estranhas ao ato convocatório. (Proposta de Emenda/LOM N° 16/2002 DE 15/11/2002 - § Único acrescentado).

Art. 46 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato que resultar a sua criação.

§ 1º - Em cada comissão será assegurada, tanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – Discutir e votar projeto de lei que dispensar na forma de Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver de um décimo dos membros da Câmara;

II – Realizar Audiência com entidades da sociedade civil;

III – Convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV – Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – Apreciar programa de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

VII – Acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

Art. 47 – As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço dos seus membros, para apuração por fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas para o Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil e criminal sobre os infratores.

Art. 48 – Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às comissões, sobre projetos que nela se encontrem para estudo.

§ Único – O presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicado se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo e duração.

Subseção I **DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA**

Art. 49 – Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município especialmente o que se refere o seguinte:

I – assunto de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente no que diz respeito:

a) à saúde, à assistência pública e a proteção e garantia das pessoas portadores de deficiência;

b) à proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos e as paisagens naturais notáveis;

c) impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, do Município;

d) à abertura de meios de acesso à cultura, à educação e a ciência;

e) à proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;

f) ao incentivo a indústria e ao comércio;

g) à criação de distritos industriais;

h) ao fomento da produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar;

i) à promoção de programa de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico;

j) ao combate as causas da pobreza e aos fatores da marginalização;

l) ao registro, ao acompanhamento e a fiscalização das concessões de pesquisa e exploração dos recursos hídricos e minerais do município;

m) ao estabelecimento e a implantação de política de redução de trânsito;

n) à cooperação com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar, atendidas as normas fixadas na lei complementar federal;

o) ao uso e ao armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins;

p) às políticas públicas do Município;

II – tributos municipais, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas;

III – orçamento anual, plano plurianual de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV – obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V – concessão de auxílio e subvenções;

- VI – concessão de serviços públicos;
- VII – concessão de direito real de uso de bens municipais;
- VIII – alienação e concessão de bens imóveis;
- IX – aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação;
- X – criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual;
- XI – criação, alteração e extinção de cargo, empregos e funções públicas e fixação de respectiva remuneração;
- XII – plano diretor;
- XIII – alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- XIV – guarda municipal destinada a proteger bens, serviços e instalações públicas municipais;
- XV – ordenamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
- XVI – organização e prestação de serviços públicos.

Art. 50 – Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la na fora da Lei Orgânica e do Regimento Interno.

II – elaborar o seu Regimento Interno;

III – fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observando o disposto na Constituição Federal, na Estadual e o estabelecido nesta Lei Orgânica.

IV – exercer com auxílio do Conselho de Contas dos Municípios, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

V – Julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;

VI – Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da declaração legislativa.

VII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funcionários de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;

VIII – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder (10) dias;

IX – Mudar temporariamente sua sede;

X – Fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo;

XI – proceder a tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas a Câmara dentro de prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

XII – processar e julgar os Vereadores, na forma desta Lei Orgânica;

XIII – representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação de dois terços dos seus membros, contra o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos de mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública de que tiver conhecimento;

XIV – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de suas renúncias e afastá-los definitivamente dos cargos, nos termos previstos em lei;

XV – Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento de cargo;

XVI – criar comissões especiais de inquéritos sobre fato determinado que se inclua na competência da Câmara, sempre que o requer pelo menos um terço de seus membros;

XVII – convocar os Secretários Municipais ou ocupantes do cargo de mesma natureza para prestar informações sobre matéria de suas atribuições;

XVIII – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos requerentes a Administração;

XIX – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XX – Decidir sobre a perda do mandato do Vereador, por voto secreto e maioria absoluta, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica.

XXI – conceder Título Honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado pela **maioria de dois terços** de seus membros.

Subseção II **DA MESA CÂMARA**

Art. 51 – Compete a Mesa da Câmara além de outras atribuições expressas no Regimento Interno:

I – Enviar ao Prefeito Municipal, até o primeiro dia de março, as contas de exercício anterior;

II – Propor ao Plenário projetos de resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou função na Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração observadas as determinações legais;

III – declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou de procuração de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, assegurando ampla defesa, nos termos do Regime Interno;

IV – Elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 de agosto, após a aprovação pelo Plenário, à proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município prevalecendo, na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa.

§ Único – A Mesa decidirá sempre por maioria dos seus membros.

Art. 52 – Compete ao Presidente da Câmara, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno:

I – Representar a Câmara Municipal;

II - Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – Promulgar as resoluções e os decretos legislativo, bem como as leis que receberam sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário e não tenha sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;

V – Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis;

VI – Declarar extinto o mandato de Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII – apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior;

VIII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

IX – Designar comissões especiais nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias;

XI – mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade e com membros da comunidade;

XIII – administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo levar os atos pertencentes a essa área de gestão.

XIV – promulgar as emendas à Lei Orgânica; e (Proposta de Emenda/LOM N° 05/2002 DE 15/11/2002 – Inciso acrescentado).

XV – Encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios, até o dia 30(Trinta) do mês subsequente, os balancetes analíticos mensais acompanhados da documentação comprobatória da receita e da despesa e demais relatórios exigidos pela legislação vigente, bem como disponibilizá-los em local apropriado para acesso aos vereadores e a qualquer cidadão. (Proposta de Emenda/LOM N° 05/2002 DE 15/11/2002 – Inciso acrescentado).

Art. 53 – O Presidente da Câmara, ou quem o substituir somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

I – Na eleição da Mesa Diretora;

II – Quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou na maioria absoluta dos membros da Câmara;

III – quando ocorrer empate em qualquer votação no plenário.

Art. 54 – Ao Vice-Presidente compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

I – Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II – Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da mesa.

Art. 55 – Ao secretário compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

I – Redigir a ata das sessões secretas e das reuniões da Mesa;

II – Acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões e proceder à sua leitura;

III – fazer a chamada dos Vereadores;

- IV – Registrar, em livro próprio, os procedentes firmados na aplicação do Regimento Interno;
- V – Fazer inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;
- VI – Substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.

SUBSEÇÃO **DOS VEREADORES**

Art. 56 – Os Vereadores na circunscrição do Município gozam de suas inviolabilidades por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.

Art. 57 – É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

Art. 58 – São condições de elegibilidade para o exercício da vereança:

- I – A nacionalidade brasileira;
- II – O pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – O domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – Idade mínima de dezoito anos.

Art. 59 – Os Vereadores não poderão:

I – Desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – Desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresas que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum” nas entidades referidas na alínea “a” do inciso I, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalência;

c) patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo;

Art. 60 – Perderá o mandato o Vereador:

I – Que infligir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – Cujo procedimento for incompatível com o decoro parlamentar;

III – Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;

IV – Que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

V – Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI – Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII – Que deixar de residir no município;

VIII – Que deixar de tomar posse, sem motivo justificado dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica;

§ 1º - Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos dos incisos III, IV, V e III, a perda do mandato será declarada pela Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Art. 61 – O Vereador poderá licenciar-se:

I – Por motivo de saúde, devidamente comprovados;

II – Para tratar de interesse particular, desde que o período de licença não seja superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

§ 1º - Nos casos dos incisos I e II, não poderá o Vereador reassumir antes que se tenha escoado o prazo de sua licença.

§ 2º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I.

§ 3º - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da Vereança.

§ 4º - O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como de licença, fazendo o Vereador jus à remuneração estabelecida.

Art. 62 – No caso de vaga, licença ou investidura, no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, far-se-á a convocação do Suplente pelo Presidente da Câmara.

§ 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse dentro de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o “quórum” em função dos Vereadores remanescentes.

SEÇÃO II
DO PROCESSO LEGISLATIVO
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 63 – O processo Legislativo compreende a elaboração de:

- I – Emendas à Lei Orgânica;
- II – Leis Complementares;
- III – Leis Ordinárias;
- IV – Decretos Legislativos; e
- V – Resoluções.

SUBSEÇÃO II
DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 64 – A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

- I – De Vereadores, subscrita por no mínimo dois terços da composição da Câmara Municipal;
- II – Do Prefeito Municipal.

~~§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de dez dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.~~ **(Proposta de Emenda/LOM Nº 14/2002 DE 15/11/2002 – Transformado em § Único do art. 64).**

§ ÚNICO - A proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de dez dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal. (Proposta de Emenda/LOM Nº 14/2002 DE 15/11/2002 - § ÚNICO transformado).

~~§ 2º - A emenda a Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.~~ **(Proposta de Emenda/LOM Nº 14/2002 DE 15/11/2002- Parágrafo suprimido).**

Art. 65 – Não será objeto de deliberação a proposta que vise modificar as regras atinentes a abolir:

- II – A independência e a harmonia dos Poderes;
- II – A participação popular na iniciativa de Projeto de Lei de interesse da cidade, de bairro ou distrito.

§ Único - A matéria constante de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 66 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe:

- I – Aos Vereadores;
- II – As Comissões da Câmara Municipal;

III – Aos cidadãos, nos casos e nas formas previstas nesta Lei Orgânica;

IV – Ao Prefeito Municipal.

Art. 67 – É da competência exclusiva do Prefeito Municipal a iniciativa das leis que:

I – Disponham sobre servidores públicos, ser regime jurídico, provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria, observados os preceitos das Constituições Estadual e Federal;

II – Concedem subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo aumentem a despesa pública municipal com a autorização por liberação da Câmara Municipal;

III – Criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

IV – Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município;

Art. 68 – A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, contando assunto de interesse específico do Município, da sede dos bairros ou dos distritos.

§ 1º - A proposta popular deverá ser articulada, se exigindo, para o seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do Município, da sede, do bairro ou do distrito.

§ 2º - A tramitação do projeto de lei de iniciativa popular obedecerá às normas ao processo legislativo.

§ 3º - Caberá ao Regimento Interno da Câmara assegurar e dispor o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão definidos na Tribuna da Câmara.

Art. 69 – São objetos de leis complementares as seguintes matérias:

I – Código Tributário Municipal;

II – Código de Obras ou Edificações;

III – Código de Posturas;

IV – Código de Zoneamento;

VI – Plano Diretor

VII – Regime Jurídico dos Servidores;

§ Único – As leis complementares exigem para a sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 70 – Não será admitido aumento da despesa prevista.

I – Nos projetos de iniciativa popular e nos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvados, neste caso, os projetos de leis orçamentárias;

II – Nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 71 – O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência na apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no CAPUT deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto veto e leis orçamentárias.

§ 2º - O prazo referido neste artigo não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de codificação.

Art. 72 – O projeto de lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito que, concordando, o sancionará no prazo de 15 dias (quinze) dias úteis.

§ 1º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção tácita.

§ 2º - Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º - O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma única discussão e votação.

§ 5º - O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, mediante votação secreta.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no § 4º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 7º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito, em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 8º - Se o Prefeito não promulgar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 9º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Art. 73 – A matéria constante de projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 74 – A **resolução** destina-se a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito.

Art. 75 – O **decreto legislativo** destina-se a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito.

Art. 76 – O processo legislativo das resoluções e dos decretos legislativo se dará conforme determinado no Regimento Interno da Câmara, observado, no que couber, o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 77 – O cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, para optar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de indicada a sessão.

§ 1º - Ao se inscrever, o cidadão deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

§ 2º - Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderão fazer uso da palavra em cada sessão.

§ 3º - O Regimento Interno da Câmara estabelecerá as condições e requisitos para o uso da palavra pelos cidadãos.

SUBSEÇÃO IV **DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E** **ORÇAMENTÁRIA**

Art. 78 – Os poderes Públicos manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV – Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Conselho de Contas do Município, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma de lei, denunciar irregularidade ou ilegalidades perante o Conselho de Contas do Município.

CAPÍTULO II **DO PODER EXECUTIVO** **SEÇÃO I** **DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO**

Art. 79 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas.

Art. 80 – O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos mediante sufrágio direto, secreto e universal, sem pleito simultaneamente realizado em todo país, até noventa dias antes do término dos mandatos daqueles a que devam suceder.

Art. 81 – Os mandatos de Prefeito e Vice-Prefeito serão de quatro anos e a posse verificar-se-á em 1º de janeiro do ano subsequente à eleição.

Art. 82 – O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente.

§ 1º - Se até o dia 10 (dez) de janeiro o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo este será declarado vago.

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - No ato de posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, resumida em ata e divulgada para conhecimento público.

§ 4º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais, o substituirá nos casos de licença e o sucederá no caso de vacância do cargo.

Art. 83 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

§ Único – A recusa do Presidente em assumir a Prefeitura implicará em perda do mandato que ocupa na Mesa.

Art. 84 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda de mandato:

I – Firmar ou manter contrato com Município ou com sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal;

II – Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível “ad nutum”, da Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal;

III – Ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV – Patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

V – Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com o Município ou nela exercer função remunerada;

VI – Fixar residência fora do Município.

Art. 85 – O Prefeito não poderá ausentar-se do Município por tempo superior a dez dias, sem prévia autorização da Câmara, sob pena de responsabilidade.

Art. 86 – No caso de licença para tratamento de saúde ou ausência para missão oficial, o Prefeito fará jus à remuneração integral.

SUBSEÇÃO I **DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO**

Art. 87 – Compete privativamente ao Prefeito:

- I – Representar o Município em juízo ou fora dele;
- II – Exercer a direção superior da Administração Pública Municipal;
- III – Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- IV – Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- V – Vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI – Enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do município;
- VII – Dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;
- VIII – Remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;
- IX – Prestar anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do Município referentes ao exercício anterior;
- X – Prover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas municipais, na forma da lei;
- XI – Decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;
- XII – Celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município;
- XIII – Prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados;
- XIV – Entregar à Câmara Municipal, no prazo legal, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias;
- XV – Solicitar o auxílio das forças policiais para o cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da guarda municipal, na forma da lei;
- XVI – Decretar calamidade pública quando ocorrerem fatos que a justifiquem;
- XVII – Fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;
- XIX – Requerer à autoridade competente a prisão administrativa de servidor público municipal omissos ou remissos na prestação de contas dos dinheiros públicos;
- XX – Dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos;

XXI – Superintender a arrecadação dos tributos e preços bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara;

XXII – Aplicar as multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-las quando for o caso;

XXIII – Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XXIV – Resolver sobre os requerimentos, as reclamações e representações que lhe forem dirigidos;

§ Único – O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XII, XXI, XXII e XXIV deste artigo.

SUBSEÇÃO II **DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO MUNICIPAL**

Art. 88 – O Prefeito Municipal por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competências, deveres e responsabilidades.

Art. 89 – Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 90 – Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal deverão fazer declarações de bens no ato de sua posse em cargo ou função pública municipal e quando de sua exoneração.

SEÇÃO II **DO CONSELHO DA CIDADE**

Art. 91 – O Conselho da Cidade é o órgão superior de Consulta do Prefeito Municipal e dele participam:

I – O Vice-Prefeito;

II – O Presidente da Câmara de Vereadores;

III – Os líderes de partidos políticos representados na Câmara Municipal;

IV – Seis cidadãos brasileiros natos, com mais de vinte e cinco anos, sendo três nomeados pelo Prefeito e três eleitos pela Câmara de Vereadores com um mandato de três anos vedada a recondução.

§ 1º - Compete ao Conselho da Cidade:

I – Propor programas de desenvolvimento do Município;

II – Opinar sobre convênios;

III – Auxiliar o Prefeito na elaboração do Orçamento Anual, Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV – Coordenar com o Poder Executivo Municipal programas municipais nos casos de calamidade pública.

§ 2º - A Lei Municipal regulará a organização e o funcionamento do Conselho da Cidade.

TÍTULO III
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO
CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 92 – Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I – Impostos sobre:

- a) propriedade predial e territorial urbana;
- b) transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;
- c) vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

d) serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º - imposto previsto no inciso I, alínea a poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - imposto previsto no inciso I, alínea b:

I – não incidência sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se nesses casos a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao município da situação do bem.

Art. 93 – A administração tributária é atividade vinculada, essencial do Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

I – cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;

II – lançamento dos tributos;

III – fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias

IV – inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectivas cobranças ou encaminhamento para cobrança judicial.

Art. 94 – O Município poderá criar colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias econômicas e profissionais, com atribuição de decidir, em grau de recurso, as reclamações sobre lançamentos e demais questões.

§ Único – Enquanto não for criado órgão previsto neste artigo0, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal.

Art. 95 - O Prefeito Municipal promoverá, periodicamente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais.

§ 1º - A base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU será atualizada anualmente, antes do término do exercício, podendo para tanto se criada comissão da qual participarão além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes, de acordo com decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º - A atualização da base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedade civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 3º - A atualização da base de cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 4º - A atualização da base de cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, observados os seguintes critérios:

I – quando a variação de custos for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetária, poderá ser realizada mensalmente;

II – quando a variação de custos for superior àqueles índices, a atualização poderá ser feita mensalmente até esse limite ficando o percentual para ser atualizado por meio de lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente.

Art. 96 – A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 97 – A remissão de critérios tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que a autoriza ser aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 98 – A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfaça ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.

Art. 99 – É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações a legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Art. 100 – Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou prescrição da ação de cobrá-lo abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

§ Único – A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente ao vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

Art. 101 – Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

§ Único – Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e ser reajustados quando se tornarem deficitários.

Art. 102 – Lei Municipal estabelecerá outros critérios para a fixação de preços públicos.

CAPÍTULO II **DOS ORÇAMENTOS**

Art. 103 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o Plano Plurianual;

II – as Diretrizes Orçamentárias;

III – os Orçamentos Anuais.

§ 1º - A Lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as empresas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

~~§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas de propriedade da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração de Lei Orçamentária Anual, disporá sobre suas alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.~~

§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas de propriedade da administração, incluindo as despesas de capital para exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração de Lei Orçamentária Anual, disporá sobre sua alteração e, ainda, sobre: (Proposta de Emenda/LOM N° 15/2002 DE 15/11/2002).

I – o equilíbrio entre receitas e despesas; (Proposta de Emenda /LOM N° 15/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

II – critérios e formas de limitação de empenhos, a ser efetivada nas hipóteses previstas na Lei Complementar Federal N° 101/2000; (Proposta de Emenda/LOM N° 15/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

III – normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financeiros com recursos do orçamento; e (Proposta de Emenda /LOM N° 15/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

IV – demais condições e exigências para transferências de recursos e entidades públicas e privadas. (Proposta de Emenda /LOM N° 15/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

§ 3º - O Plano Plurianual compreenderá:

I – diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;

II – investimentos de execução de programas de duração contínua.

§ 4º - o Orçamento Anual compreenderá:

I – o Orçamento Fiscal de Administração direta municipal, incluindo os seus fundos municipais;

II – os orçamentos das entidades de Administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo poder Público Municipal;

III – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 5º - As Diretrizes Orçamentárias compreenderão:

I – as prioridades da Administração Pública Municipal, com as respectivas metas, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientação para elaboração da Lei Orçamentária Anual;

III – alterações na legislação tributária;

IV – autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da Administração.

§ 6º - A partir do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, integrará anexo de metas fiscais em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas, resultado nominal e primário, montante da dívida pública para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, anexo este que conterá: (Proposta de Emenda/LOM Nº 02/2002 DE 15/11/2002- Parágrafo acrescentado).

I – Avaliação das metas relativas ao ano anterior; (Proposta de Emenda/LOM Nº 02/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

II – demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores; (Proposta de Emenda/LOM Nº 02/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

III – evolução do patrimônio líquido, também dos três exercícios anteriores, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos; (Proposta de Emenda/LOM Nº 02/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

IV – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. (Proposta de Emenda/LOM Nº 02/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

§ 7º - O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o prazo do parágrafo anterior, conterá ainda: (Proposta de Emenda/LOM Nº 02/2002 DE 15/11/2002- Parágrafo acrescentado).

I – o anexo de riscos fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. (Proposta de Emenda/LOM N° 02/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

§ 8º - O Projeto de Lei de Plano Plurianual abrangerá os respectivos poderes e deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo, até 31 de maio do primeiro ano do mandato do Poder Executivo, que o apreciará e o remeterá para sanção até 31 de agosto. (Proposta de Emenda/LOM N° 02/2002 DE 15/11/2002- Parágrafo acrescentado).

§ 9º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado, pelo Poder Executivo até 30 de setembro de cada ano e, à Câmara Municipal que o apreciará no prazo improrrogável de 30 dias, no qual conterà: (Proposta de Emenda/LOM N° 02/2002 DE 15/11/2002- Parágrafo acrescentado).

I – anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes no anexo de metas fiscais da LDO; (Proposta de Emenda/LOM N° 02/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

II- demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia; (Proposta de Emenda/LOM N° 02/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

III - Reserva de contingência. (Proposta de Emenda/LOM N° 02/2002 DE 15/11/2002- Inciso acrescentado).

Art. 104 – Os planos e programas municipais de execução plurianual ao anual serão elaborados com consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 105 – Os orçamentos previstos no § 4º do artigo serão compatibilizados com o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, evidenciado aos programas e políticas do Governo Municipal.

Art. 106 – São vedados:

I – a inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação de despesa, excluindo-se as autorizações para abertura de créditos adicionais, suplementares e contratações de operações de crédito de qualquer natureza e objetivos;

II – o início de programas ou projetos não incluídos no Orçamento Anual;

III – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;

IV – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizações mediante créditos suplementares ou especiais, aprovados pela Câmara Municipal com maioria absoluta;

V – a vinculação de receitas de impostos a órgão ou fundos especiais, ressalvados que destina à prestação de garantia às operações de crédito por antecipação da receita;

VI – a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais;

IX – a instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Os créditos adicionais especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, observado o artigo desta Lei Orgânica.

Art. 107 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao órgão do Poder Legislativo, serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma de lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Art. 108 – A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ Único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de sua estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades, da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as despesas públicas e as de sociedade de economia mista.

Art. 109 – Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Registro Interno.

§ 1º - Caberá a Comissão da Câmara.

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos de Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na comissão de orçamento e finanças, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma de regimento Interno, pelo Plenário da Câmara.

§ 3º - As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou aos projetos que modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, emitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidiram sobre:

a – Dotação para pessoal e seus encargos;

b – serviço da dívida;

c – transferência tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

III – Sejam relacionadas:

a – com a correção de erros ou omissões;

b – com os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 4º - as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O prefeito Municipal poderá enviar mensagens à Câmara Municipal para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão de orçamento e financiadas, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito nos termos da lei municipal, enquanto não viger a lei complementar de que trata o § 9º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 7º - Aplicam - se aos projetos referidos neste artigo, no que contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização.

Art.110 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, serão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês na forma que dispuser a lei complementar a que se refere o art.165, § 9º da Constituição Federal

§ único - até que seja editada a lei complementar referida neste artigo, os recursos da Câmara Municipal serão lhes entregues:

I – até o dia 20(vinte) de cada mês, os destinados ao custeio da Câmara;

II – dependendo do comportamento da receita, os destinados às despesas de capital.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

Art. 111 – compete ao Prefeito Municipal a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços desta.

Art. 112 – Alienação de bens municipais se fará de conformidade com Art. 14 desta Lei Orgânica.

Art. 113 – A afetação e a desafetação de bens municipais dependerá de lei.

§ Único – As áreas transferidas ao município em decorrência da aprovação de loteamentos serão consideradas bens dominiais enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhe deem outra destinação.

Art. 114 – O Município poderá ceder a particularidades, para serviços de caráter transitório, conforme regulamentação a ser expedida pelo Prefeito Municipal, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que os serviços da municipalidade não sofram prejuízo e o interessado recolha previamente a regulamentação arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 115 – A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominiais dependerá de lei e de licitação e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

§ 1º - A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.

§ 2º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante licitação, a título precário e por decreto.

§ 3º - A autorização que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante portarias, para atividades ou usos especiais e transitórios.

Art. 116 – Nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá o seu pedido de exoneração ou rescisão sem que o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens imóveis do Município que estavam sob sua guarda.

Art. 117 – O órgão competente do Município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a abrir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

CAPÍTULO IV

DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art.118 – É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório.

Art. 119 – Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que conste:

- I – o respectivo projeto;
- II – o orçamento do seu custo;
- III – a indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;
- IV – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público e;
- V – os prazos para o seu início e término.

Art. 120 – A concessão ou a permissão de serviço público somente será efetivada com a autoridade da Câmara Municipal e mediante contrato precedido de licitação.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como, qualquer autorização para a exploração de serviços públicos, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à fiscalização da administração Municipal, cabendo ao Prefeito aprovar as tarifas respectivas.

Art. 121 – Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos na forma que dispuser a legislação municipal, assegurando-as sua participação em decisões relativas a:

- I – planos e programas de expansão dos serviços;
- II – revisão da base de cálculo dos custos operacionais;
- III – política tarifária;
- IV – nível de atendimento da população em termos de quantidade e qualidade;
- V – mecanismo para atenção de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a Terceiros.

§ Único – Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias, a obrigatoriedade mencionada deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art. 122 – As entidades se prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Art.123 – Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

I – os direitos dos usuários, inclusive as hipótese de gratuidade;

II – as regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro, entre outros:

III – as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

IV – as regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior;

V – a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

VI – As condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

§ Único – Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolística e o aumento abusivo de lucros.

Art. 124 – O Município poderá revogar a concessão ou a permissão dos serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestantes satisfatórios para o atendimento dos usuários.

Art. 125 – As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade.

Art. 126 – As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico social.

§ Único – Na formação do curso dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão dos serviços.

Art. 127 – O Município poderá consolidar-se com outros municípios para a realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comum.

§ Único – O Município deverá propiciar meios para criação dos consórcios, de órgão consultivo constituído por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.

Art. 128 – Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o estado a prestação de serviços públicos a sua competência privada, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para execução dos serviços em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

§ Único – Na celebração de convênio de que trata este artigo, deverá o Município:

- I – propor os planos de expansão dos serviços públicos;
- II – propor critérios para fixação de tarifas;
- III – realizar avaliação periódica da prestação do serviço.

Art. 129 – A criação pelo Município de entidades de Administração indireta para execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

Art. 130 – Os órgãos colegiados das entidades de Administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito.

CAPÍTULO V **DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

Art. 131 – O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

Art. 132 – O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridades participem do debate sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

Art. 133 – O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

- I – transferências das informações disponíveis;
- II – eficiência e eficácia da utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;
- III – complementaridade e integração de políticas, planos e programas setoriais;
- IV – viabilidade técnica e econômica das proposições;
- V – respeito e adequação à realidade local, observância com planos e programas estaduais e federais existentes.

Art. 134 – A elaboração e a execução dos planos e programas de Governo Municipal obedecerão às diretrizes do plano diretor e não terão acompanhamento e avaliação permanente.

Art. 135 – O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção autorizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

- I – plano diretor;
- II – plano de governo;
- III – lei de diretrizes orçamentárias;
- IV – orçamento anual;
- V – plano plurianual.

Art. 136 – Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local.

Art. 137 – O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

§ Único – para fins deste artigo, entende-se como associação representativa qualquer grupo organizado, de fins lícitos que tenham legitimidade para representar seus filiados independentemente de seus objetivos ou natureza jurídica.

Art. 138 – O município submeterá à apreciação das associações, antes de encaminhá-los a Câmara, os projetos de lei do plano plurianual, do orçamento anual e do plano diretor, a fim de receber sugestões quanto à oportunidade e o estabelecimento de prioridades das medidas propostas.

CAPÍTULO VI **DA POLÍTICA URBANA**

Art. 139 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 140 – O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana.

§ 1º - O plano diretor fixará os critérios que asseguram a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental natural e construído e do interesse da coletividade.

§ 2º - O plano diretor definirá as áreas especiais de interesse social, urbanismo ou ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

§ 3º O plano diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada.

Art. 141 – Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controles existentes e à disposição do Município.

Art. 142 – O Município, em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu plano diretor, deverá promover programas de saneamento básico destinado a melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas ambientais e os níveis de saúde da população.

§ Único – A ação do Município deverá orientar-se para:

I – ampliar progressivamente a responsabilidade local pela prestação de serviço de saneamento básico;

II – executar programas de saneamento em áreas pobres com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgoto sanitário;

III – executar programas de educação sanitária e melhorar o nível de participação das comunidades na solução de seus problemas de saneamento;

IV – levar a prática, pelas autoridades competentes, tarifas sociais para o serviço de água.

Art. 143 – O Município deverá manter articulação permanente com o Estado visando a racionalização da utilização dos recursos hídricos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art. 144 – O Município em consonância com sua política urbana e segundo o disposto em seu plano diretor, deverá promover planos de programas setoriais destinados a melhorar as condições do transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito.

TÍTULO IV **DA ORDEM SOCIAL**

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 145 – A ordem tem como tese o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

CAPÍTULO II **DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 146 – A ação do Município no campo da assistência social objetivará promover:

I – a integração do indivíduo no mercado de trabalho e ao meio ambiente;

II – o amparo à velhice e a criança abandonada;

III – a integração das comunidades carentes;

Art. 147 – O Município deverá afirmar convênios com as escolas superiores, visando o treinamento e estágio dos estudantes e atendimento aos setores carentes em toda a sua extensão.

Art. 148 – Na formulação e desenvolvimento dos programas de assistência social, o Município buscará a participação das associações respectivas da comunidade.

CAPÍTULO III **DA SAÚDE**

Art. 149 – A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 150 – Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

I – condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II – respeito ao meio ambiente e controle da população ambiental;

III – acesso universal e igualitário a todos os habitantes às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 151 – As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, completamente, através de serviços de terceiros.

§ Único – É vedado ao Município, cobrar do usuário pela prestação de serviço de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados de terceiros.

Art. 152 – São atribuições do Município, no âmbito do Sistema de Saúde:

I – planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II – planejar, programar e organizar a rede municipal do Sistema de Saúde, em articulação com a sua direção estadual;

III – gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV – executar serviços de:

a) vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária;

c) alimentação e nutrição

V – planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VI – executar a política de insumos e equipamentos para saúde;

VII – fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para contactá-las;

VIII – formar consórcios intermunicipais de saúde;

IX – gerir laboratórios públicos de saúde;

X – avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

XI – autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

Art. 153 – As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – integridade na prestação das ações de saúde;

III – organização de distritos sanitários com a alocação de recursos técnicos e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local, com incentivos a medicina caseira;

IV – participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhos de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde, através de Conselho Municipal de caráter deliberativo e paritário;

V – direito do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes à proteção, promoção e recuperação de sua saúde e da coletividade.

§ Único – Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do plano de saúde e serão fixados segundo os seguintes critérios:

I – área geográfica de abrangência;

II – adscrição de clientela;

III – resolutividade de serviços à disposição da população

Art. 154 – O Prefeito convocará anualmente o Conselho Municipal de Saúde para avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade, e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do Município.

Art. 155 – A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde que terá as seguintes atribuições:

I – formular a política municipal de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

II – planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados a saúde;

III – aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do plano municipal de saúde.

Art. 156 – As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 157 - O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1º - Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§ 2º - O montante das despesas de saúde não será inferior a 20% das despesas globais do orçamento anual do município.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos ou subvenção às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 158 – Será consolidado o Município o SUDS - Sistema Único e Descentralizado de Saúde.

Art. 159 - O Município garantirá as condições básicas de higiene para todas as famílias, favorecendo o acesso a esses bens a todos através de programas de saúde.

CAPÍTULO IV
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 160 – A educação, direito de todos e dever de Estado e da Família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao plano desenvolvido da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 161 – O Município manterá:

I – ensino fundamental, obrigatório, inclusive para os que não tiverem acesso a idade própria;

II – atendimento fundamental especializado aos portadores de deficiência física e mental;

III – atendimento em creches e pré-escolar as crianças de zero a seis meses de idade;

IV – ensino noturno regular, adequado as condições do educando;

V – atendimento ao educando, no ensino fundamental por meio de programas suplementares de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde.

Art. 162 – O Município promoverá, anualmente, o recenseamento escolar e fará a chamada dos educandos.

Art. 163 – O município zelar, por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando na escola.

Art. 164 – O calendário escolar municipal será flexível e adequado as peculiaridades climáticas e as condições sociais e econômicas dos alunos.

Art. 165 – Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorização de sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental.

Art. 166 – O Município poderá, em convênio com o Estado ou a União, implantar ensino de segundo grau.

Art. 167 – O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de implementos e das transferências do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Art. 168 – Os diretores de unidades escolares das sedes dos distritos serão escolhidos por eleição direta da comunidade escolar, recaiando a nomeação por ato do cheque do poder, no mais votado.

Art. 169 – O Poder Executivo envidará esforços para no prazo máximo de cinco anos, todos os professores serem portadores de diplomas mínimos de 3º pedagógico e todas as escolas funcionando em prédios da Prefeitura.

Art. 170 – Serão criadas escolinhas de arte em cada instituição de ensino do Município, a fim de incentivar a preservação dos valores culturais da região e a capacitação de jovens.

Art. 171 – Os estudantes terão direito a carteira de identificação que garanta meia entrada nos espetáculos esportivos, culturais e de laser.

Art. 172 – Fica criado o Conselho Municipal de Educação, órgão normativo, consultivo e deliberativo de ensino do Município de Mulungu.

§ Único – Lei definirá a organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

Art. 173 – O **estatuto e o plano de carreira do magistério público municipal** serão elaborados com participação de entidades representativas de classe, observando o disposto no art. 226 da Constituição Estadual, inciso I a IV.

Art. 174 – O Município deverá implementar programas de horas escolares e comunitárias, visando a complementação da renda escolar.

SEÇÃO II **DA CULTURA**

Art. 175 – O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura regional e apoiará e incentivará o desenvolvimento, a valorização e a difusão das manifestações culturais locais.

Art. 176 – Compete ao Município, mediante assessoria de Secretaria de Cultura e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promover o levantamento, tombamento e preservação do seu patrimônio histórico cultural.

SESSÃO III

DO DESPORTO

Art. 177 – É dever do Município fomentar práticas desportivas formais e não formais, como o direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional.

§ Único – O poder Público reconhece a educação física como disciplina obrigatória do ensino público e privado.

Art. 178 – É dever do Município criar e manter instalações desportivas e recreativas nos projetos de urbanização e instituições públicas, e exigir igual participação da iniciativa privada.

CAPÍTULO V

DO MEIO AMBIENTE

Art. 179 – O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, essencial à qualidade de vida.

§ Único – Para assegurar efetivamente a esse direito, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e ainda, quando for o caso, com outros municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

Art. 180 – O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente.

Art. 181 – O Município, ao promover a ordenação de seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

Art. 182 – A política urbana do município e o seu plano diretor deverão contribuir para a proteção do meio ambiente, através de adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

Art. 183 – As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente os dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob a pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.

Art. 184 – A política de desenvolvimento urbano e rural executados pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, adotará, na forma da Lei, as providências seguintes:

I – proibição de indústrias, comércio, hospitais e residências despejarem nos cursos d'água do Município, dejetos e resíduos orgânicos e químicos não tratados;

II – Proibição do uso indiscriminado de agrotóxicos de qualquer espécie na lavoura, salvo os produtos liberados por órgãos competentes;

III – Proibição de desmatamentos indiscriminados e queimadas criminais, punindo-se o infrator, na forma de lei.

Art. 185 – O Município deverá promover educação ambiental em todos os níveis de ensino, visando a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Art. 186 – Cabe ao poder público, através de seus órgãos de administração direta, indireta e fundamental:

I – Exigir na forma da lei, para instalação de obra de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade, garantidas audiências públicas na forma da lei;

II – Desenvolver campanhas de informação sistemática e de educação permanente, sobre meio ambiente, com inclusão obrigatória de matérias pertinentes no currículo das escolas públicas municipais em todos os níveis e envolvendo através do poder constituído que representa, todos os meios de comunicação de massa nesse esforço de resistência, de sobrevivência e elevação de condições de vida;

III – Proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extinção, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes;

IV – Proteger o meio ambiente e combater a poluição, em qualquer de suas formas;

V – Estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal.

Art. 187 – O Poder Público Municipal manterá obrigatoriamente o **Conselho Municipal de Meio Ambiente**, órgão colegiado autônomo e deliberativo composto paritariamente por representantes do Poder Público, entidades ambientalistas, representantes da sociedade civil que entre outras atribuições definidas em lei deverá:

I – Analisar, aprovar ou vetar qualquer projeto público ou privado que implique em impacto ambiental;

II – Solicitar por um terço de seus membros referendo.

Art. 188 – São áreas de proteção permanente:

I – As áreas de nascentes dos rios;

II – As áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, como também aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécimes migratórias;

III – Açudes de abastecimento de água à população;

IV – As paisagens notáveis.

Art. 189 – É o Poder Público Municipal o obrigado a promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino de sua competência, bem como desenvolver a conscientização pública para preservação do meio ambiente.

Art. 190 – O Município criará um sistema de recursos de gestão dos recursos hídricos, através de organização municipal, com a participação da sociedade civil a nível local e dos municípios circunvizinhos, para utilização racional, aproveitamento múltiplo, proteção das águas e defesa contra as secas, nos termos da lei municipal.

Art. 191 – A Semana do Meio Ambiente de Mulungu é comemorada no mês de junho de cada ano.

Art. 192 – O Município criará o Plano de Proteção da Serra de Baturité, nos seus limites, freando o desmatamento descontrolado e implementando um programa educativo que possibilite a exploração agrícola das serras sem por em risco o equilíbrio ecológico da região.

CAPÍTULO VI **DA AGRICULTURA**

Art. 193 – É dever do Poder Público Municipal assistir com prioridade a agricultura e a extensão rural no que lhe competir e em conjunto com os órgãos públicos na forma da lei e para isso atenderá as seguintes diretrizes:

I – Definição de uma política agrícola clara para o Município, ouvidos os proprietários posseiros, parceiros, arrendatários, meeiros e moradores;

II – A assistência técnica que prestará o Poder Público Municipal aos pequenos e médios produtores, incluirá obrigatoriamente:

- a) distribuição de sementes em tempo hábil para o plantio;
- b) concessão de implementos agrícolas e o uso maquinário do Município, conforme critérios a serem definidos em lei;
- c) implementação de campanha de esclarecimento e de métodos alternativos de controle de prazos e a realização de cursos agrícolas e afins;
- d) escoamento da produção dos pequenos e médios produtores para a rede do Município;
- e) criação de bancos de sementes por comunidades composta por trabalhadores rurais e fiscalizadas pelo Órgão Municipal competente.

Art. 194 – O Executivo Municipal destinará dotação do orçamento do Município para os gastos com a agricultura.

Art. 195 – A lei disporá sobre a composição, organização e atribuições do Conselho Municipal de Agricultura.

Art. 196 – A política agrícola do Município tem como base os seguintes pontos:

- I – Preservação e restauração ambiental, o que envolve:
 - a) controle de uso de agrotóxicos;
 - b) uso de tecnologia adequadas ao manejo do solo;
 - c) exploração integrada e diversificada dos estabelecimentos agrícolas objetivando uma racional utilização dos recursos naturais;
 - d) controle biológico das pragas;
 - e) o reflorestamento diversificado com espécies nativas, principalmente nas encostas e cabeceiras de rios;
 - f) critérios no processo de ocupação e utilização do solo;
- II – Adoção de programas, priorizando as peculiaridades sócio-econômico-climática das quais deverão ser compatibilizados os seguintes pontos:
 - a) eletrificação rural;
 - b) irrigação;
 - c) pesquisa e difusão de tecnologias;
 - d) política educacional, envolvendo inclusive currículos e calendários escolares;
 - e) infra-estrutura de produção e comercialização (transporte, armazéns, silos, etc.);
 - f) modalidades de crédito, priorizando os mini e pequenos produtores rurais;
- III – Fomento à produção agropecuária tendo como objetivo o apoio aos pequenos produtores rurais, assistência aos trabalhadores rurais e o estímulo à produção alimentar destinada ao mercado interno assegurando-se aos produtores organizados em cooperatividade ou associações:
 - a) infra-estrutura de produção e comercialização;
 - b) crédito;
 - c) preços mínimos, em complementação à política Estadual e Federal;
 - d) assistência técnica;
 - e) garantia e comercialização, principalmente através de estreitamento dos laços entre produtores e consumidores organizados, como também pela compra para distribuição à população carente de programas específicos;
- IV – Organizar o abastecimento alimentar, contemplando:
 - a) Apoio a programas de abastecimento popular;
 - b) O estímulo à organização de consumidores em associação de consumo ou em outros modos não convencionais de comercialização de alimentos, principalmente os sistemas de compras comunitárias diretamente aos produtores;
 - c) Distribuição de alimentos a preços diferenciados dentro de programas especiais;

d) A articulação de órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pela implementação de programas de abastecimento e alimentação;

e) A manutenção e o acompanhamento técnico-operacional de feira-livres e feira de produtores.

V – Incentivar a exploração integrada e diversificada dos estabelecimentos produtivos como forma de preços dos insumos e produtos agrícolas sobre o estabelecimento, além de proporcionar uma exploração mais racional do mesmo.

VI – Incentivar a criação de peixe nos açudes, objetivando:

a) melhoramento da alimentação do homem do campo;

b) oferecer mais uma fonte de renda ao trabalhador rural;

VII – Promover programas de construção de moradias e melhoria de condições habitacionais e de saneamento básico da população rural;

VIII – fomentar a criação de cursos para formação de técnicos agrícolas para atender sócio-economicamente o meio rural do Município, com currículo e calendários escolares compatíveis com as necessidades de cada micro-região;

IX – O Município criará mecanismos que proíbam a urbanização dos açudes e rios;

X – Buscar a aproximação dos órgãos regionais de desenvolvimento e coordenando suas atividades no município.

XI – Promover gestões junto ao Sistema Nacional de Seguro Agrícola, objetivando a implementação de uma política municipal de seguros agrícolas;

XII – Destinar recursos orçamentários a serem destinados para as seguintes prioridades:

a) apoio aos assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra;

b) produção de alimento para o mercado interno, prioritariamente aos mini e pequenos produtores rurais;

c) pesquisa e assistência técnica procurando atender às peculiaridades da região;

d) criação e/ou apoio às associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Art. 197 – O Município destinará pelo menos 70% da receita orçamentária ao incentivo à produção.

Art. 198 – A Secretaria de Agricultura do Município em cooperação com os governos Estadual e Federal dirigirá sua ação de forma a atender, prioritariamente ao pequeno produtor.

Art. 199 – O Município incentivará a criação de uma cooperativa agrícola que atenda às necessidades básicas dos agricultores.

Art. 200 – O Município criará programa de emergência a ser ativado imediatamente após o mau período invernos, atuando com recursos próprios, independentemente da chegada de recursos dos governos Estadual e Federal, evitando assim o êxodo rural.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 201 – A presente Lei Orgânica, aprovada e promulgada pela Câmara Municipal, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 202 – Continuarão em vigor no Município, enquanto não revogadas, as leis ordinárias que, explicita ou implicitamente, não contrariem as disposições desta Lei Orgânica.

Art. 203 – O Município não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 204 - Caberá ao Município constituir a Comissão Municipal de Defesa do Consumidor, no prazo de três meses, a partir da data da promulgação desta Lei Orgânica, com atribuição de assegurar e salvaguardar os direitos e interesses do consumidor.

§ 1º - A Comissão será paritariamente composta por membros nomeados pelo Prefeito Municipal e representantes da sociedade civil organizada.

§ 2º - Compete à Comissão de Defesa do Consumidor:

- a) formular, coordenar e executar programas e atividades relacionadas à defesa do consumidor, com a assessoria dos órgãos congêneres a nível Estadual e Federal;
- b) fiscalizar os produtos e serviços, inclusive os públicos, emitindo parecer técnico sobre qualidade, preço, quantidade;
- c) incentivar a organização comunitária;
- d) receber, encaminhar e acompanhar juntos aos órgãos competentes, as denúncias apresentadas pelos consumidores.

***SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU,
ESTADO DO CEARÁ, EM: 05(cinco) DE MAIO DE 1990.***

VEREADORES:

LUIZ DE FRANÇA LEITÃO ARRUDA- Presidente da Constituinte Municipal.

CELESTINO LOPES FERREIRA – Vice-Presidente.

MARIA ELINEUDA QUEIROZ DA SILVA – 1º Secretária.

FERNANDO LUÍS SOUTO MARTINS – 2º Secretário.

ISABEL CRISTINA MATIAS DE OLIVEIRA BEZERRA – Presidente Comissão de Proposição.

JOÃO DE DEUS PAULO – Presidente da Comissão de Legislação.

PEDRO ZENÓBIO BEZERRA-Vereador.

ALUISIO BARROS DIAS-Vereador

FRANCISCO JOÃO VIEIRA-Vereador.



**MEIO AMBIENTE.
MANTENHA, PROTEJA,
PRESERVE-O!**